

REPORT

O PACTO PARA A MELHORIA DA GOVERNANÇA DA TERRA NA CPLP



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

THE LAND PORTAL

O **Land Portal** visa melhorar a governança de terra para beneficiar aqueles com os direitos à terra mais inseguros e de maior vulnerabilidade pela falta de terra através da partilha de informação e conhecimento. O Land Portal valoriza a participação múltipla e parcerias e trabalha com grupos de interesse para promover a participação de múltiplas partes interessadas na governança da terra. Mais informações disponíveis em <https://landportal.info/pt>

ACTUAR

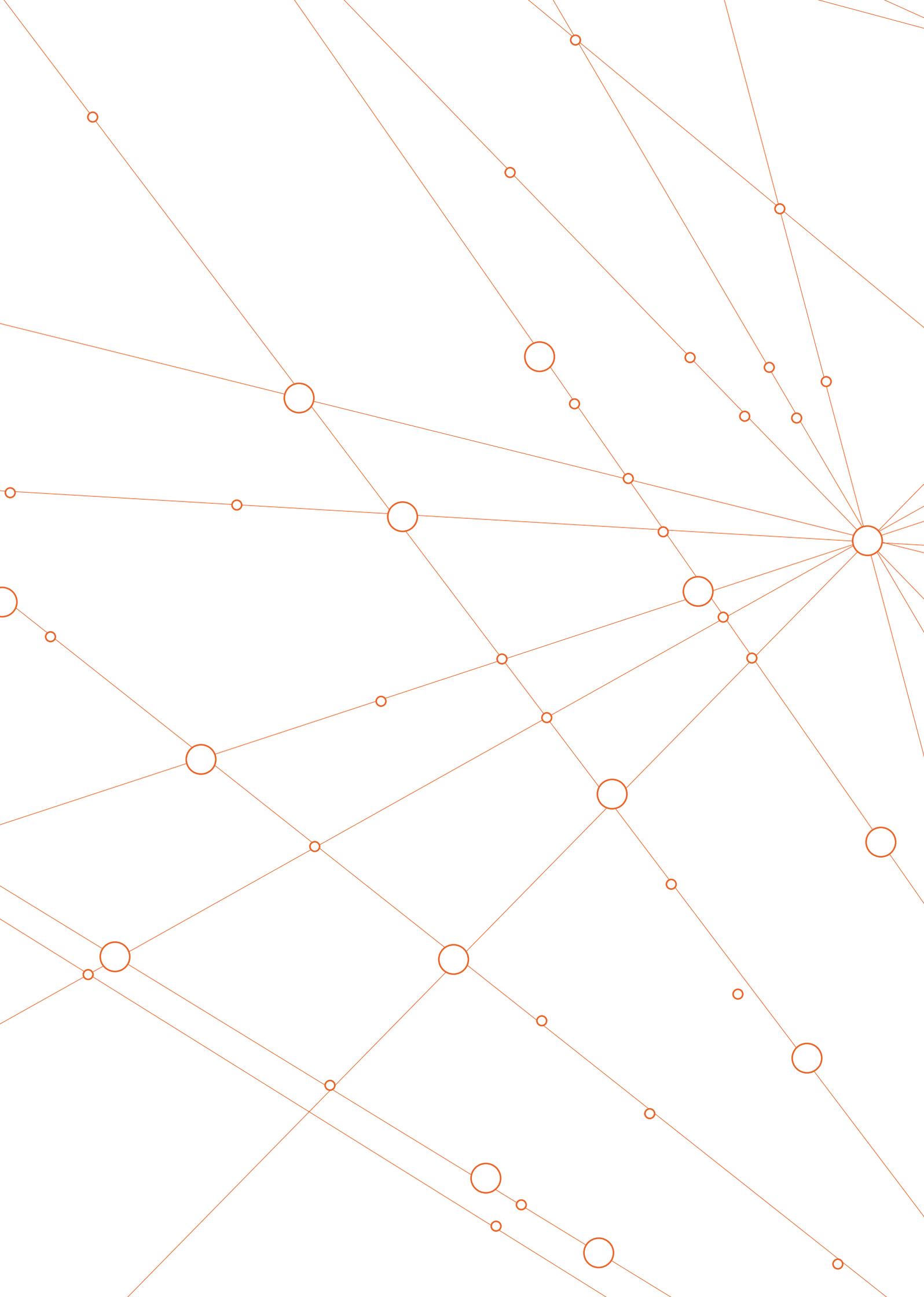
A **Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento - ACTUAR** promove a luta contra a pobreza e a proteção dos Direitos Humanos, particularmente o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. A ACTUAR detém atualmente o secretariado da **Plataforma de Camponeses da CPLP** e da **REDSAN-CPLP** (Rede da Sociedade Civil para a SAN na CPLP). A nível regional, a ACTUAR tem participado ativamente na discussão, elaboração e implementação da Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (**ESAN-CPLP**). A ACTUAR secretaria igualmente o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mais informações disponíveis em <http://www.actuar-acd.org/>

REDSAN-CPLP

A **Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade de Países da Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP)** é um espaço de articulação de cerca de 150 organizações da sociedade civil dos países de língua portuguesa que trabalham em conjunto no sentido de influenciar a agenda política para a Segurança Alimentar e Nutricional com base na perspetiva do Direito Humano à Alimentação e da Soberania Alimentar. Mais informações disponíveis em <http://www.redsan-cplp.org>

CONTENTS

ENQUADRAMENTO DO DEBATE	5
CONTEXTUALIZAÇÃO	7
ALGUMAS CONCLUSÕES DO DEBATE	12
DIVULGAÇÃO DAS VGGT E MAPEAMENTO DE TERRAS E CONFLITOS DE ACESSO	12
ESTRUTURAÇÃO DE PLATAFORMA REGIONAL MULTI-ATORES	14
PROCESSO E PRÓXIMOS PASSOS	16
OBJETIVOS DO PACTO E RESULTADOS A ALCANÇAR	16
A PLATAFORMA REGIONAL MULTI-ATORES DEVERÁ PRIORIZAR:	17
PROPOSTA DE PROCESSO	18



ENQUADRAMENTO DO DEBATE

Na sequência do Segundo Fórum para a Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (FAFSAN II–setembro de 2016), onde a sociedade civil propôs um Pacto Multi-atores para a Governança Sustentável da Terra na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tendo recebido adesão por parte dos diferentes atores também presentes na Mesa de Discussão que debateu este tema (nomeadamente, Mecanismos de participação social no CONSAN-CPLP, incluindo, Mecanismo das Universidades e Centros de Investigação, Mecanismo dos Parlamentares e Mecanismo do Setor Privado), a ACTUAR–Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, a Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP) e a Fundação Land Portal organizaram um debate virtual para discussão da operacionalização desse eventual Pacto.

As discussões foram facilitadas por Henrique Pires dos Santos (ACTUAR) e por Joana Rocha Dias (coordenadora da REDSAN-CPLP) e decorreram de 24 de abril a 12 de maio de 2017, retomando o debate iniciado no FAFSAN II, decorrido em setembro de 2016, sobre o estabelecimento de um Pacto multi-atores que permitisse a devida implementação (e respectivo monitoramento) das Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais, no contexto da Segurança Alimentar Nacional (VGGT1) nos países da CPLP.

O debate contou com as contribuições de Caio Galvão de França, especialista sobre VGGT, bem como outros 18 participantes, representando as posições de organizações da sociedade civil de sete países da CPLP, bem como universitários, parlamentares, integrantes do setor privado e representantes de organismos internacionais.

Para além de uma ativa partilha de ideias, experiências e conhecimentos, foi realizado um enquadramento prévio sobre as questões de acesso e controlo sobre a terra nos países da CPLP e foram discutidos os princípios das VGGT e metodologias para articular todos os atores e assegurar uma significativa melhoria na Governança da Terra na CPLP.

Espera-se que o relatório que ora se apresenta possa contribuir para eventual discussão sobre operacionalização de Pacto multi-atores sobre Governança Sustentável da Terra na CPLP, a ter lugar no âmbito da IV reunião do Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP, a qual terá lugar em Brasília, em Junho de 2017.

1 Da sua sigla em inglês, *Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure*.

De facto, como consta das Diretrizes para o Apoio e Promoção à Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP (a serem validadas na próxima reunião do Grupo de Trabalho, “Os Estados-Membros devem prioritariamente aplicar as Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional e elaborar relatórios de acompanhamento nacionais, que possam ainda subsidiar a elaboração de um relatório regional, segundo modelo aprovado pelo CONSAN-CPLP, com o objetivo de aprofundar a convergência política, o intercâmbio e a cooperação nesta matéria”.

Do debate aqui realizado podemos concluir que é necessário criar um sistema em que todos os eventos, fontes de informação e dados fidedignos sobre o uso e a administração atual da Terra na CPLP possam ser analisados, promovendo declarações e posicionamentos informados, e dando origem a um quadro legal e institucional adequados para o cumprimento das Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados membros da CPLP.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os Estados-membros da CPLP enfrentam importantes desafios no que respeita a asseveração da segurança alimentar e nutricional, a eliminação da pobreza e o reforço do acesso e controlo sobre a terra e território. As acentuadas desigualdades sociais e económicas que afetam particularmente os agricultores, aliadas à injustiça e desigualdade de género e ao limitado acesso à terra e outros recursos naturais, assumem-se como principais barreiras ao desenvolvimento.

“...a questão da terra e dos direitos territoriais continua a se situar no centro do conflito social. Ela alimenta a profunda desigualdade e a tradicional relação entre propriedade, poder político e poder econômico.”

Maria Emília Pacheco, FBSSAN

O último Fórum Mundial Sobre o Acesso a Terra e Recursos Naturais (2016) constatou que as políticas públicas existentes não respondem às necessidades das comunidades rurais. Acesso limitado a recursos produtivos e à terra são a principal causa da pobreza rural e urbana, paralelamente ao açambarcamento progressivo de tais recursos (WFAL, 2016a).

“No dia primeiro de maio, presenciei o protesto inflado de um maranhense contra o genocídio do Povo Gamela, indígenas de seu Estado lutando para permanecer em suas terras. Um ataque de fazendeiros que resultou em mãos decepadas, feridos e baleados entre aquele povo. Fato que quase não se viu na mídia.”

Maria Rita Oliveira, Mecanismo Universidades CONSAN-CPLP

Dados sobre a concentração fundiária no mundo apontam que 92,3% das explorações agrícolas existentes são de agricultores familiares e camponeses, que utilizam apenas 24,7% do total de terra agrícola disponível (Grain, 2014). Os processos de concentração de posse dos recursos naturais afetam sobretudo as comunidades mais dependentes desses recursos, nomeadamente populações rurais em situação de maior vulnerabilidade à segurança alimentar e nutricional. Estes processos têm impactos no acesso a bens básicos das comunidades (alimentos, água, habitação, terras para pastorícia, áreas de pesca), provocando aumento da pobreza (Vandergeten et al., 2016). Da população mundial que mais sofre de fome e insegurança alimentar, 50% são agricultores familiares e camponeses com acesso marginal e inseguro aos recursos naturais e 22% são trabalhadores rurais sem terra (Suarez, 2008).

“Mesmo com avanços importantes na defesa da terra como local de produção e reprodução da vida, intensifica-se a concentração deste bem pelo capital no mundo inteiro, num brutal processo de privatização que resulta na expulsão das populações locais e no agravamento das históricas situações de degradação, violência, êxodo rural e migrações.”

Cleia Porto, CONTAG

A ausência de (ou processos incompletos) de reformas redistributivas de terras, pescas e florestas; a falta de legislação fundiária (cadastramento ou registro) e de reconhecimento formal da posse desses recursos; a fraca governança local e fraca regulamentação dos investimentos; e a pouca transparência nos processos de venda de terras, conduzem muitas vezes a graves situações de conflito (Vandergeten et al., 2016). É ainda importante ressaltar as enormes desfazagens em termos de relações de poder.

“A governança da terra é, no fim, um assunto de poder e da sua concentração em certos atores. Se o poder fosse distribuído de maneira mais igual, a governança da terra com certeza seria outra, e melhor. Historicamente todas as classes no poder, seja nos países do Norte como aqueles do Sul, montarão seu poderio político a partir do controle dos recursos naturais, terra em particular.”

Paolo Groppo, FAO

Face a este cenário, foram negociadas e aprovadas no Comitê de Segurança Alimentar Mundial as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança responsável da posse da Terra, Pescas e Florestas no contexto da Segurança Alimentar Nacional (FAO, 2012). Estas apontam princípios da boa governança com uma abordagem baseada nos Direitos Humanos. As Diretrizes recomendam que políticas e legislações devem ser concebidas a partir de uma abordagem holística; que as autoridades públicas devem reconhecer a pluralidade de mecanismos regulatórios existentes; que os Estados devem tomar medidas legislativas contra a discriminação de gênero; que assegurem que a condução e as consequências das suas políticas económicas protegem e cumprem os direitos de posse legítimos; que facilitem o acesso a todos os documentos de posse; que assegurem o acesso à justiça e ao consentimento livre, prévio e informado; que tenham programas efetivos de restituição e reparação das vítimas da migração forçada.

Na primeira sessão temática global do CFS sobre o acompanhamento da implementação das VGGT foram apresentadas e discutidas Experiências e boas práticas na utilização e aplicação das VGGT, estabelecendo um caminho para a adoção geral e efetiva promulgação das mesmas, a partir de cinco áreas complementares de intervenção:

DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS MULTI-ATORES: Focada no estabelecimento de plataformas permanentes institucionalizadas, que são vistas como um meio de garantir a efetiva implementação das VGGT.

SENSIBILIZAÇÃO: Focada na sensibilização de uma vasta gama de partes interessadas nas VGGT e em questões de governação da posse da terra, especialmente a sociedade civil e os governos.

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES: Focada no reforço da capacidade das partes interessadas em implementar as VGGT. Fortemente ligada à sensibilização e dirigida a uma vasta gama de partes interessadas, particularmente a sociedade civil, líderes de comunidades e governos afetados por questões relacionadas com a posse de terra.

OPERACIONALIZAÇÃO DAS VGGT: Focada na implementação, promovendo o uso prático das VGGT e ajudando as comunidades a garantir os direitos à terra.

REFORMA DOS QUADROS JURÍDICOS E POLÍTICOS: Centrada na integração das VGGT nos quadros políticos e jurídicos nacionais. (ESAN-CPLP). Esta estratégia centra-se na melhoria dos sistemas de governação em matéria de segurança alimentar e nutricional a vários níveis e com vários intervenientes (nacionais / regionais); em prestar apoio imediato e sustentável às populações vulneráveis (proteção social); em promover o desenvolvimento de modelos sustentáveis de produção de alimentos, com processos de processamento e distribuição implementados pelos agricultores familiares.

A boa governança no acesso à terra tem várias dimensões a considerar, sendo o seu objetivo global mais premente a erradicação da pobreza e a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada. **O que liga os mecanismos de governança do acesso à terra com a governança da Segurança Alimentar e Nutricional.**

A interdependência profunda entre direito à alimentação e direitos de posse é explicitada nas **Diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional** (ver Diretriz 8B–Acesso à terra) e no Prefácio das **Diretrizes Voluntárias sobre a Governança responsável da Terra, dos recursos Pesqueiros e Florestais no contexto da segurança alimentar nacional**, que sublinha:

“O propósito destas Diretrizes Voluntárias é servir como referência e orientar o aprimoramento da governança fundiária da terra, dos recursos pesqueiros e florestais, com o objetivo primordial de garantir a segurança alimentar para todos e apoiar a conquista progressiva do direito a uma alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional.”

A boa governança requer, evidentemente, o compromisso de múltiplos atores a nível local, nacional e regional. Nesse sentido afiguram-se como espaços privilegiados para melhoria da governança os mecanismos e/ou plataformas multi-atores de discussão e decisão sobre a segurança alimentar e nutricional, quer ao nível global (por exemplo, o Comité de Segurança Alimentar Mundial) quer ao nível regional (por exemplo, o CONSAN-CPLP) quer ao nível nacional (por exemplo, os conselhos nacionais de SAN).

Neste sentido, o MSC-CONSAN e a REDSAN-CPLP têm insistido para a estruturação de um Pacto multi-atores, no âmbito do CONSAN-CPLP, tendo por foco a monitorização e implementação das VGGTs nos diversos países da CPLP.

“A forma como uma sociedade define e implementa os direitos de propriedade sobre a terra e sobre os recursos naturais revela muito sobre a mesma. Isto é tanto mais importante quanto sabemos que as relações que se estabelecem em torno do fundiário são eminentemente conflitivas. Por essa razão é importante contar com a participação de todos os atores relevantes na governança fundiária. Não há outro caminho para um desenvolvimento sustentável de nossos países”

Francisco Sarmiento, FAO / CPLP

EXEMPLO DE EXPERIÊNCIA DE MONITORAMENTO REGIONAL DAS VGGTS-A REAF (POR CAIO FRANÇA, ESPECIALISTA VGGT)

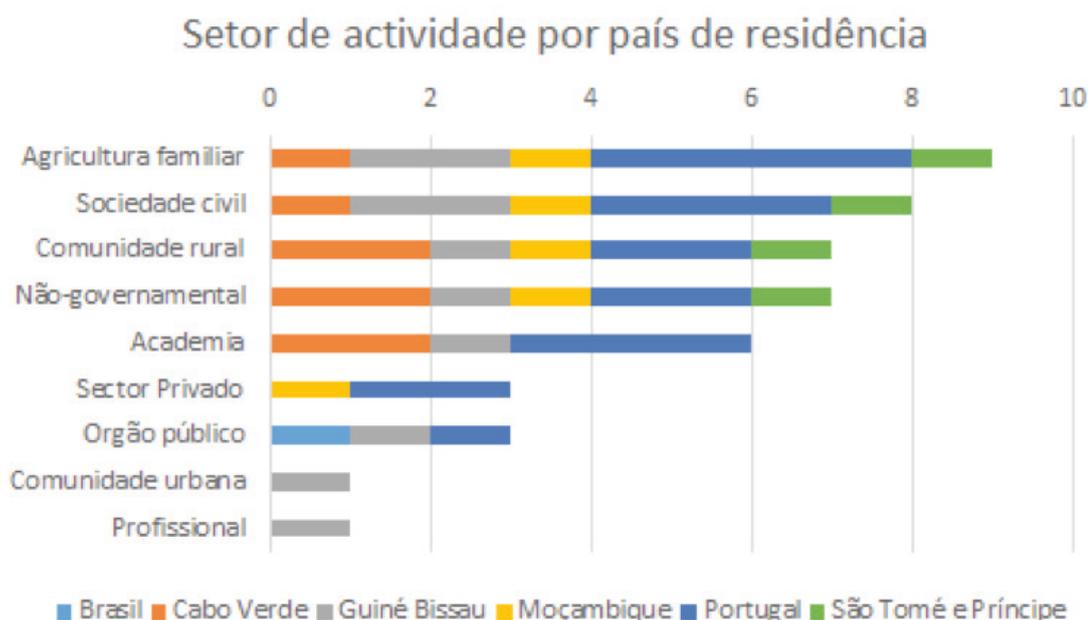
Uma das primeiras experiências de monitoramento regional das Diretrizes está em curso na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (bloco de países da América do Sul formado pelos países membros Argentina, Paraguai, Uruguai, Brasil e Venezuela, além do Chile, Equador e Bolívia como associados). Participam da REAF representantes de governos e da sociedade civil e ela se organiza por grupos temáticos; um deles trata do tema da terra. A REAF organizou a consulta regional das Diretrizes na América do Sul a pedido do Comitê de Segurança Alimentar Mundial e estimulou os países que dela participam a apresentar contribuições ao documento. Depois da aprovação das Diretrizes, a REAF impulsionou iniciativas de difusão e de intercâmbio entre os países e iniciou um processo de monitoramento regional da aplicação das Diretrizes nos países do MERCOSUL. O primeiro passo foi a elaboração de informes nacionais que foram compilados em um primeiro informe regional que foi, recentemente, submetido às instâncias superiores do MERCOSUL. A intenção não é fazer uma comparação entre os países, mas valorizar e analisar o que vem sendo feito em cada país à luz dos princípios e dos dispositivos das Diretrizes. A apresentação dos informes nacionais no espaço regional permite uma socialização das realidades e o compartilhamento dos desafios e de iniciativas bem sucedidas, e, ainda, organizar ações de cooperação bilateral, de intercâmbio, incluindo atividades com a sociedade civil e gestores governamentais. Nessa experiência as Diretrizes tem sido tratadas como uma ferramenta para garantir os direitos das comunidades rurais à terra, melhorando o marco legal e as ações do Estado, como parte do grande desafio de garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável.

ALGUMAS CONCLUSÕES DO DEBATE

DIVULGAÇÃO DAS VGGT E MAPEAMENTO DE TERRAS E CONFLITOS DE ACESSO

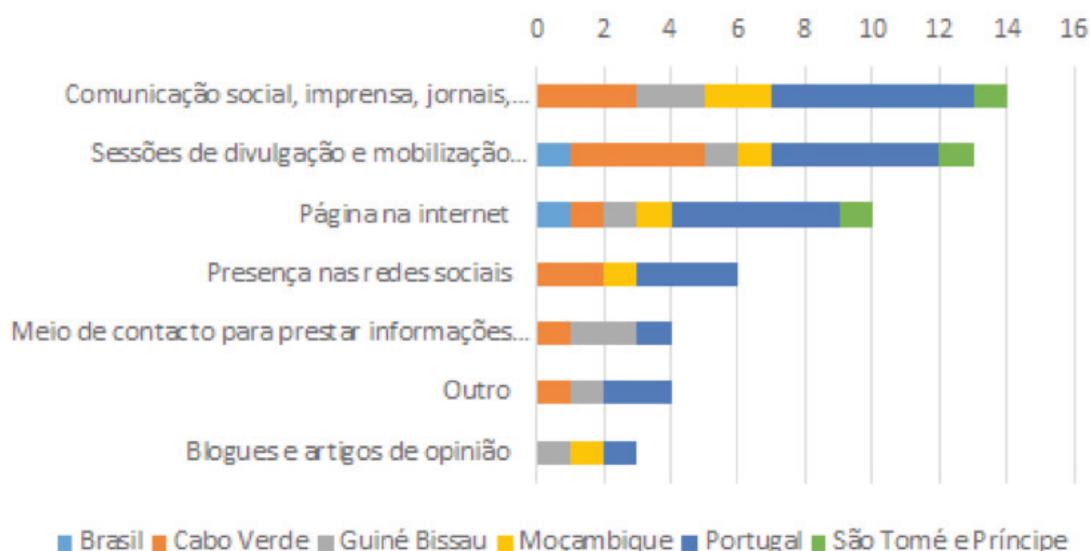
Apresentam-se abaixo os principais resultados do questionário circulado no âmbito do Debate virtual sobre **O Pacto para a Melhoria da Governança da Terra na CPLP** (respostas sistematizadas por Henrique Pires dos Santos, oriundas de 6 países da CPLP: Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe).

O setor de actividade mais representado foi o da Agricultura Familiar, mas a Sociedade civil, a Academia e o Setor Privado também se fizeram representar, cobrindo um vasto leque de atividades direta ou indiretamente relacionadas com a governança da terra para a segurança alimentar e nutricional.



Este painel, que por diversas razões optou por participar neste debate através do questionário, entende que o meio mais adequado para a divulgação das VGGT consiste na Comunicação social, imprensa, jornais, rádio e televisão, logo seguida pela realização de Sessões de divulgação e mobilização presenciais e pela presença do tema na internet através de um website.

Meio mais adequado para a divulgação das VGGT

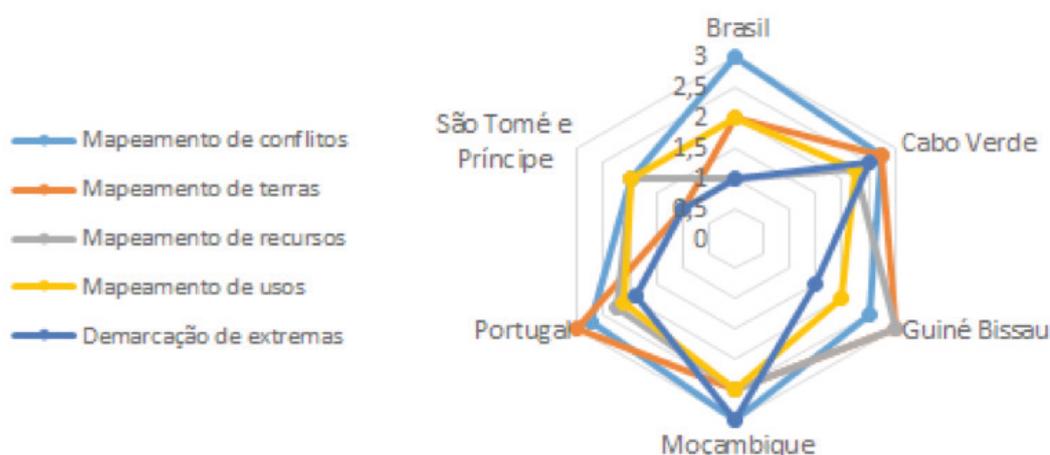


Quanto à necessidade de proceder ao monitoramento de terras, recursos, usos, conflitos e extremas, através do seu mapeamento, verificamos que deve ser dada a maior prioridade ao Mapeamento de Conflitos no Brasil (max=3), em Moçambique (3), Cabo Verde (2,75), Portugal (2,75) e Guiné Bissau (2,5); seguido pelo Mapeamento de Terras em Portugal e na Guiné Bissau (max=3), e em Cabo Verde (2,75).

O Mapeamento de recursos surge em 3º lugar, sendo no entanto de prioridade máxima na Guiné Bissau (max=3) e em Moçambique (2,5), enquanto o Mapeamento de Usos se revela muito prioritário em Moçambique (2,5).

A Demarcação de extremas, fixando os limites de propriedade fundiária, é de extrema prioridade em Moçambique (max=3) e em Cabo Verde (2,5).

Cartografia prioritária (valor mais elevado = prioridade máxima)



ESTRUTURAÇÃO DE PLATAFORMA REGIONAL MULTI-ATORES

O acesso à terra e outros recursos naturais assume, nos países da CPLP, uma importância central. Se, por um lado, a posse de terra e o acesso aos recursos naturais assume um papel vital para a produção de alimentos e para o sustento da esmagadora maioria das famílias e comunidades da CPLP, também é fundamental para reduzir os níveis de pobreza, as desigualdades sociais e económicas e, conseqüentemente, assegurar o direito humano à alimentação e nutrição adequadas.

“Torna-se necessário criarem diretrizes para que todos os países da CPLP possam cumpri-las, absorve-las, no seu pacote jurídico. No fundo, há troncos comuns e a governança da terra pode ser bem estabelecida. Este é um dos fatores que podemos desenvolver para a criação de um pacto na criação de um estereótipo organizacional, para podermos ter uma governança da terra com objetividade avaliativa”

Xavier Mendes, Mecanismo Parlamentares CONSAN-CPLP

Conforme aprovadas por consenso e por 192 países na 38ª Sessão extraordinária do CSA, em maio de 2012, as VGGTs assumem um papel-chave na sistematização de políticas em prol dos direitos humanos das comunidades, mais propriamente na governança eficaz da terra.

Os fóruns internacionais e as discussões multi-atores são espaços de discussão muito úteis para estruturar medidas e defender e/ou reformular políticas para a redução de conflitos e para uma gestão e monitoramento eficazes das questões de terra.

“É fundamental que o debate e as articulações sobre a governança da terra identifiquem, fomentem e fortaleçam as iniciativas organizacionais e assegurem a implantação de políticas públicas que promovam a democratização do direito à terra, priorizem a agroecologia e garantam condições de trabalho, renda, produção, comércio e qualidade de vida para os povos do campo, da floresta e das águas”

Nicinha Porto, CONTAG

Neste âmbito, consolida-se a importância de reforçar a governança fundiária responsável, como forma de estimular o desenvolvimento social e económico sustentável, combater, reduzir e trabalhar proactivamente para a redução da pobreza e da insegurança alimentar.

Por outro lado, a sociedade civil desempenha um papel crítico na disseminação de informação, alertando o governo para políticas que afetem direta e indiretamente a sociedade. Os esforços deste mecanismo realçaram a necessidade de uma governança descentralizada e democrática da terra, a partir das pessoas e comunidades, visando o fortalecimento dos diversos órgãos de governança da segurança alimentar e nutricional a nível nacional e regional.

“As Diretrizes tratam de vários temas com um enfoque de direitos humanos e estão assentadas em práticas adotadas e difundidas pelas comunidades rurais e em diversos compromissos internacionais. Para poder aproveitar todo o seu potencial um primeiro passo é conhecer bem o documento das Diretrizes e depois buscar identificar aqueles dispositivos que podem ser mais úteis em cada situação. E tudo isso poderemos fazer juntos, aqui neste fórum”

Caio Galvão de França, especialista VGGT

Ressalta-se a imprescindibilidade de garantir um constante e permanente diálogo a nível nacional envolvendo todas as partes e com vista a estabelecer processos de negociação, consensos e iniciativas para a (re)formulação de medidas, leis e jurisdições que assegurem a governança eficaz, justa e equitativa da terra. Por isso, o pleno conhecimento das VGGTs por parte de todos os intervenientes é fundamental para se adaptarem as devidas soluções de acordo com cada situação. Como Rui Fonseca (FAO, GB) sublinhava, “as informações têm de ser vinculadas e aplicadas nas comunidades porque são elas que têm o saber, o conhecimento e o poder de trabalhar a terra” (Rui Fonseca, FAO GB)

“A existência de uma plataforma é absolutamente vital para garantir um diálogo permanente entre as partes. A estrutura dessa plataforma deve ter a representação de todos os atores (...) Na Guiné-Bissau está em marcha a configuração de estruturação do CONSAN (...) As sessões de trabalho do CONSAN poderiam se orientar a volta de recolha, classificação, debate de dados, informações e notícias sobre a governança da terra (...) Esta temática [SAN] e a questão da terra estão intimamente inter relacionadas e por isso mesmo entre elas pode haver uma interação benéfica entre as partes e com um efeito de sinergia positivo para a melhoria da governança da terra. A nível local/ nacional CONSAN poderia receber o mandato de avaliar e reportar a adopção e implementação de princípios das VGGT”

Madi Fati, Presidente COMAF GB

Constata-se que os conselhos nacionais e regionais de segurança alimentar e nutricional representam espaços privilegiados para uma melhor e mais eficaz difusão da informação respeitante às questões de governança, bem como a um monitoramento certificado da implementação das Diretrizes Voluntárias. Além disso, tendo em conta o princípio geral da consulta e participação embutido nas VGGTs, prioriza-se a definição de regras e parâmetros para os investimentos e incentivos para incorporação e participação das comunidades rurais.

Portanto, a construção de uma plataforma que viabilize todo o processo de partilha, disseminação e criação de informação devidamente estruturada assume um papel indispensável para a compreensão dos recursos, valores e potencialidades regionais, tendo em vista sempre a defesa dos direitos humanos, da participação ativa das comunidades e o respetivo desenvolvimento económico e social sustentável.

É imprescindível um “controle social abrangente envolvendo os vários sectores e instituições da sociedade e não simplesmente numa perspectiva estrita e exclusivamente jurídico-legal”

Manuel Consolo, ROSA Moçambique

PROCESSO E PRÓXIMOS PASSOS

OBJETIVOS DO PACTO E RESULTADOS A ALCANÇAR

O objetivo geral do Pacto consiste na implementação das Diretrizes e melhorar a Governança da Terra nos países membros da CPLP. Isto será conseguido através do desenvolvimento de sistemas inclusivos de dados abrangentes relacionados com a terra e pelo desenvolvimento de um quadro de monitorização para as Diretrizes. Para que isso aconteça, os membros dos Conselhos Nacionais e o Grupo de Trabalho da Agricultura Familiar têm de ser qualificados para desenvolver sua capacidade de vincular fontes multilaterais de dados, informações e documentos e avaliar e relatar a implementação das Diretrizes.

A disponibilidade de dados, informações e documentação de qualidade é uma função-chave que será fornecida pelos conjuntos de dados existentes sobre governança de terras, alojados em portais como o Land Portal, e outros. A implementação do Pacto também melhorará a avaliação da aplicação das Diretrizes a partir de dados descentralizados, envolvendo todas as partes interessadas, incluindo as mais vulneráveis, seguindo uma metodologia participativa para estruturar relatórios locais, nacionais e regionais, devendo levar em conta os trabalhos sobre recolha de dados de avaliação descentralizada das VGGT já realizados.

“Reconhecendo que uma governança fundiária responsável promove o desenvolvimento social e económico sustentável, e contribui para a redução da pobreza e da insegurança alimentar, a sociedade civil da CPLP tem defendido uma governança descentralizada e democrática da terra, a partir das pessoas e das comunidades, através do fortalecimento dos órgãos de governança da segurança alimentar e nutricional a nível nacional e regional”

Joana Rocha Dias, REDSAN-CPLP

Isso permitirá que as partes interessadas discutam e fortaleçam a convergência de políticas para reformar os quadros jurídicos e de políticas de recursos naturais existentes nos países membros da CPLP, melhorando assim a Governança global de terras na CPLP.

A implementação do Pacto envolverá, principalmente, os participantes do Grupo de Trabalho da Agricultura Familiar (GT AF), bem como de outros atores relevantes de diferentes categorias sociais (sociedade civil, setor privado, parlamentares, academia, governo e autoridades locais), que participam nos conselhos nacionais e regionais de segurança alimentar e nutricional, e estruturas equivalentes de governança fundiária nos países membros da CPLP. Este Pacto multi-atores poderá contribuir para a própria dinamização da ESAN-CPLP.

“Este pacto é uma mais valia do ponto de vista de garantir a transparência para podermos definir quais são os nós de tratamento comuns que podem ser tomados em conta dentro da promoção da Estratégia de Segurança Alimentar. O pacto é fundamental para dinamizar esta estratégia ao nível da própria CPLP”

Luis Muchanga, UNAC Moçambique

A sistematização das informações geradas permitirá o estabelecimento formal de um Observatório de Governança da Terra na CPLP, bem como a eventual nomeação, por todos os atores relevantes, de um Relator de Governança Sustentável da Terra, alguém que, nas palavras de Paolo Groppo (FAO), pudesse fazer “esse trabalho de abrir portas e empurrar, democraticamente, os governos e demais setores poderosos, a abrir mão ao jogo democrático”.

A PLATAFORMA REGIONAL MULTI-ATORES DEVERÁ PRIORIZAR:

- » A recolha, sistematização e disseminação de informação (**observatório**), concretizando-se num espaço de reflexão, diálogo e alerta sobre casos de violação das Diretrizes aprovadas;
- » a **operacionalização e o monitoramento** efetivo da própria implementação das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança responsável da Terra, assim envolvendo e estimulando a participação de todos os atores relevantes na governança fundiária na região;

- » a **sensibilização** e o **desenvolvimento de capacidades** de uma vasta gama de partes interessadas nas VGGT e em questões de governação da posse da terra, especialmente a sociedade civil e os governos;
- » a **negociação** e **proposta de políticas, programas e estratégias** relevantes, contribuindo assim para a integração das VGGT nos quadros políticos e jurídicos nacionais.

PROPOSTA DE PROCESSO:

- » Produção de Relatórios Nacionais de Governança da Terra pelo Secretariado Nacional do Conselho do Segurança Alimentar e Nutricional e organizações congéneres de cada país; Os relatórios serão baseados nas contribuições fornecidas por todas as partes interessadas relevantes e deverá ser discutido e aprovado anualmente numa reunião específica do Conselho. Em países onde ainda se encontrem em implementação os Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, outros mecanismos de intervenientes múltiplos deverão ser utilizados, como em Moçambique, onde existe o Fórum de Consulta sobre Terras, ou em Angola, onde o governo se encontra a instalar um mecanismo para este fim envolvendo todas as partes abrangidas pela Agricultura familiar.
- » Os Relatórios Nacionais serão enviados ao CONSAN-CPLP, permitindo que o seu secretariado produza um Relatório Regional que será discutido e aprovado a nível regional.
- » O Relatório Regional será partilhado com outros países membros do CFS durante uma componente específica da agenda das sessões do CFS. Espera-se que a elaboração deste relatório seja um processo que mobilize todas as partes interessadas. Por conseguinte, devem ser promovidas atividades de sensibilização e de reforço das capacidades. Simultaneamente, é necessário melhorar os conjuntos de dados sobre terra a fim de apoiar a recolha e utilização de dados.

A consolidação deste Pacto permitirá monitorar efetivamente a governança da terra e a adoção das VGGT na prática dos países membros da CPLP, evidenciando boas práticas na consolidação estrutural dos processos de convergência da política de segurança alimentar e nutricional em curso na CPLP com as políticas globais, incluindo a implementação de decisões e recomendações do CFS e da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A sustentabilidade deste processo reside na consolidação e monitorização de acordos de política de Governança da Terra envolvendo a convergência dos países membros da CPLP com as políticas globais previstas, determinando que a CPLP e os seus Estados-Membros devem incluir este objetivo de melhorar a governança da terra nos orçamentos regulares do CONSAN-CPLP e dos Conselhos Nacionais e órgãos equivalentes. A eventual constituição de um Observatório de Governança da Terra e do repositório de informações obtido e acumulado poderá beneficiar do apoio de outras entidades intermediárias através das informações assim disponibilizadas.



